



A FOSFORITA OLINDA S/A (FASA) E SUA VINCULAÇÃO COM O PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1953–1983)

Roberto Silva de Souza

Universidade Estadual de Alagoas

Resumo

O período desenvolvimentista no Brasil começa a se estruturar durante a presidência de Getúlio Vargas, efetivando-se com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK) e estendendo-se até aos governos militares. Com ele, rompe-se, no plano territorial, com a estrutura de “ilhas de prosperidade”, localizadas no litoral e pouco articuladas entre si. Os investimentos do Estado, com JK, dar-se-ão em setores chaves da produção, tais como: energia, siderurgia e mineração. Neste, se inseria a atividade da Fasa, empresa sediada em Olinda (PE) que processou a exploração e produção de fosfato, em atendimento, inicialmente, às demandas da região Nordeste. Com a vinculação da empresa à política de JK, no final da década de 1950, vislumbra-se o alcance do mercado localizado no Sul do país, graças ao incentivo proporcionado pela instalação de uma Usina de Beneficiamento de maior alcance industrial. Mas esse mesmo empreendimento, imbuído em fatos envolvidos em diversas escalas do fenômeno aqui estudado, paralisou suas atividades ainda sob o Governo Militar. Destarte, este trabalho, resultante de extratos de conteúdos necessários à investigação dos objetos de pesquisa do mestrado e doutorado, tem como objetivo refletir sobre o processo de constituição da empresa Fasa e sua vinculação, e consequência, com o período desenvolvimentista. Enfim, percebe-se que o espaço de produção da Fasa foi alvo de várias políticas que se estabeleceram em uma dimensão multiescalar, reveladora de que o espaço geográfico – um produto histórico –, é estratégia e, analisá-lo, sob múltiplas escalas, torna-se algo essencial no vislumbre da relação espaço-tempo.

Palavras-chave: Período desenvolvimentista no Brasil. Empresa Fosforita Olinda S/A. Olinda (PE).

Abstract

The developmentalism period in Brazil starts to consolidate during the presidency of Getulio Vargas, but it becomes effective with the Plan of National Development during Juscelino Kubitschek's presidency, and extends to the military governments. With it, there is breakup, in the territorial plan, with the structure of "islands of prosperity", located on the coast and very few interconnected. The state investments, with JK, will happen in key sectors of production, such as energy, steel and mining. In this sector the activity was part of Fasa, a company based in Olinda city (Brazil-Pernambuco), making the process of exploration and production of phosphate which served, initially, the level of demands in the Northeast region of Brazil. With the linking of company policy by JK in the late 1950s, shows the reaching of the market located in the south of the country incentive provided by the installation of a Beneficiation Plant with longer industrial range. But this same undertaking, full of facts

involved in various scales of the phenomenon studied here, paralyzed its activities still under military governments. Thus, this paper resulting from extracts of content needed for research of the objects of the master's and doctoral research, aims to reflect on the process of incorporation of the company and its link Fasa, and consequently, the developmentalism period. Anyway, it is clear that the production space of Fasa was the target of several policies that were established in a multi-scale dimension, revealing that the geographical space – a product of history – is strategy and analyze it under multiple scales makes it something essential in relation spacetime.

Keywords: Developmentalism period in Brazil, Company Fosforita Olinda S/A, Olinda (PE).

INTRODUÇÃO

No processo de criação de determinada empresa – comercial, industrial etc. –, são estabelecidas diversas etapas necessárias a sua operação. Aí são envolvidos os indivíduos que nela investirão, com vistas ao sucesso do empreendimento, bem como diversos órgãos públicos que, legalmente, a efetivarão em determinado local, quer seja urbano, suburbano ou rural, contanto que apresente as condições necessárias ao seu funcionamento e sucesso.

Dentre os passos imprescindíveis à constituição de um empreendimento, faz-se necessário encontrar um local ideal às instalações, avaliando-se as vantagens que poderão daí ser obtidas, sobretudo em torno dos lucros. É assim que a sede de um município – a cidade – ou outra porção do seu território exerce poder na atração de empresas de diversos tipos, conforme sejam seus objetivos. Daí se admitir que "a localização industrial entendida como o lugar ocupado pela indústria no espaço significa um entendimento mais amplo do que a simples pontuação ou endereço das indústrias no mapa" (CARLOS, 2001, p.20).

No que se refere à instalação de empresas em Olinda, constata-se que, em 1920, existia um quantitativo de quatro estabelecimentos industriais no município (ARAÚJO, 2007, p.269). Mas, se considerados os limites atuais, havia, apenas dois desses empreendimentos: uma fábrica de massa de tomate e de doces de frutas (a firma Amorim Costa & Cia., localizada no Varadouro, no atual Mercado Eufrásio Barbosa) e um curtume instalado em Peixinhos; as outras duas se localizavam no atual município do Paulista, ao norte.

Se as aludidas empresas continuaram como as únicas presentes no município, isto ocorreu somente até o final da primeira metade dos anos 1940, pois, a partir dessa década, o quadro começaria a se transformar. Em 1944, assiste-se à inserção da empresa Novas Indústrias Olinda S/A (Novolinda) e, em 1951, a da Companhia Indústrias Reunidas Olinda (Ciro), que, em 1953, constituiriam a Fasa. A atividade desta firma na produção de fosfato não seria inédita no país, pois a pioneira neste ramo surgiu em São Paulo, bem como outras se anteciparam a ela em outros locais.

Ao reunir dados históricos acerca dos fertilizantes em âmbito internacional, Albuquerque (1996) traz dados desde tempos mais remotos e de espaços diversos, mencionando o uso de excremento e restos de aves marinhas, ossos moídos (fosfatos de cálcio), por exemplo. Mostra também certa evolução tecnológica no processo de obtenção do fertilizante ainda no século XIX. Porém, afirma que "o grande desenvolvimento da produção de fertilizantes fosfatados, realmente, deu-se a partir do início do século XX" (p.12).

Esse foi o contexto que se antecipou ao processo de implantação da Fasa, cuja importância de sua atividade se pautava no discurso do recrudescimento da produtividade agrícola, principalmente na produção de alimentos, uma vez que, no século XIX, a população mundial quase duplicou o seu quantitativo.

A Novolinda e a Ciro tinham objetivos semelhantes, quais sejam, o de auferir rendas com o solo de suas propriedades fundiárias (empreendimentos imobiliários) e com o subsolo (produção de fertilizantes), no intuito de reproduzir o capital a ser investido.

Ao tratar acerca de "o espaço da indústria", Carlos (2001, p.20) declarou que:

Enquanto a atividade agrícola ocupa grandes extensões do planeta, a atividade industrial se concentra em pontos do espaço. Todavia, essa pequena concentração tem o poder de articular e integrar, através do mercado e da divisão espacial e internacional do trabalho, todo o universo. Isso significa que a indústria é a atividade capaz de produzir e desenvolver a integração de vastas áreas.

Como o início da atividade produtiva da Fasa se antecipou, em três anos, à presidência de JK, bem como à elaboração do Plano de Metas desse governo (1956-1961), o empreendimento pôde se vincular à respectiva política, pois se encontrava, de certa forma, consolidado na produção de fertilizante fosfatado. Esta prática representava a possibilidade de realização de uma das metas que o projeto desenvolvimentista buscava implementar.

No final da década de 1960, porém, a paralisação das atividades da Fasa será atribuída a fatores ocorridos em escala internacional, o que provocará impactos na escala local, no que tange à necessidade da realização de outra função às propriedades fundiárias envolvidas pela antiga Fasa, ou seja, a do Forno da Cal (Novolinda) e a do Frágoso (Ciro), com vistas à produção de lotes urbanos.

Por volta de 1972, essas propriedades fundiárias – por meio do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e da Legislação Urbanística Básica, no processo da criação da Região Metropolitana do Recife (RMR), instituída em 1973 –, passarão de uso rural para urbano. Porém, a mobilização de trabalhadores da terra – indivíduos pobres que se apropriaram, paulatinamente, do espaço, criando formas espaciais ligadas à agricultura e criação de pequenos animais – representará um

óbice às intenções dos empresários em relação à prática imobiliária, pois uma lei municipal instituirá um zoneamento rural, impeditivo do retorno à exploração das jazidas de fosfato e, também, da produção de loteamentos.

O estabelecimento de um problema foi importante para o delineamento da reunião de dados de pesquisas realizadas, anteriormente, em torno do objeto Fasa, a fim de melhor entender questões apresentadas pela relação espaço-tempo, permitindo a elaboração deste artigo. Partiu-se, portanto, da seguinte questão: como se deu o processo de constituição da Fasa permitindo seu atrelamento e desprendimento do período desenvolvimentista brasileiro?

Devido à impossibilidade de tratar, em um artigo, dois fenômenos importantes relacionados às práticas espaciais de agentes ligados à Fasa – a constituição e atividade da empresa no período desenvolvimentista e, sobretudo após a paralisação estratégica, o processo de produção do espaço urbano olindense –, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de constituição da indústria de fosfato e sua vinculação com o período desenvolvimentista de 1953 até 1983.

A história da Fasa compreendeu, segundo o autor deste artigo, três períodos: (1) o processo iniciado anteriormente a 1953, ainda na primeira gestão de Getúlio Vargas, que levou à constituição da firma e implantação da Usina Piloto, até antes da ascensão do presidente JK ao poder (1944-1956); (2) o momento a partir do governo JK, com a instalação da Usina Grande, até o instante anterior à implantação da Ditadura Militar (1956-1964); e (3) o período que se inicia a partir da Ditadura Militar, passando pelo processo de paralisação de suas atividades, até à recriação de uma Zona Rural, quando é impossibilitada "definitivamente" a atividade produtiva em torno da exploração do fosfato (1964-1983).

Essa periodização adotada foi resultado de vários momentos de reflexões, direta ou indiretamente, acerca do fenômeno Fasa, como, por exemplo, aqueles encontrados em Souza (2004, 2005), permitindo a aquisição de novos conhecimentos acerca da empresa e dos processos ocorridos no espaço, anteriores e posteriores a ela.

Diante do problema levantado, foi formulada uma hipótese cujo motivo era fixar quais dados e informações seriam imprescindíveis a sua verificação, a fim de, após analisá-los, tentar atingir nova etapa de compreensão do objeto empírico.

Portanto, por meio da suposição admitida, expõe-se que a constituição da Fasa era uma estratégia de empreendedores imobiliários vinculados às empresas Novolinda e Ciro, a fim de obterem lucros com a exploração do subsolo (jazidas de rocha fosfática), enquanto não se vislumbrava momento mais oportuno para a utilização da totalidade das propriedades fundiárias, no contexto da produção imobiliária. A vinculação e o desprendimento da empresa Fasa, no que tange à política desenvolvimentista de produção de fertilizantes, com rebatimento na função atribuída ao espaço, se deram pela mudança de interesses e perspectivas. Deste modo, no Governo Militar as políticas do Banco Nacional da Habitação (BNH), dentre elas a do Projeto-Empresa, se apresentavam mais favoráveis, em torno da acumulação de capital, pois, áreas de planície haviam sido alvo de exploração de fosfato, com a edificação de conjunto habitacional, após aprovação dos respectivos

loteamentos. Restavam, basicamente, as extensões colinosas que representariam um elevado custo no processo de obtenção do referido produto. Para tanto, a Fasa paralisou suas atividades sob o discurso da concorrência internacional pelo mercado brasileiro de fertilizantes.

A importância deste estudo à ciência geográfica, mais precisamente a temas da Geografia Econômica, é observada por oportunizar o conhecimento de um objeto empírico portador de estratégias diversas. A reflexão sobre o antigo espaço de produção da Fasa revela táticas de agentes diferenciados, tais como o Estado, o poder econômico e os indivíduos pobres (trabalhadores da terra), cujas práticas espaciais, ao longo do tempo, foram importantes para o resultado da configuração do espaço, revelando-o como “produto histórico e social” caracterizando a sociedade que o produziu (CARLOS, 2001).

Os dados coletados em torno da Fasa, componentes deste trabalho, foram provenientes de várias pesquisas como, por exemplo, as empreendidas no desenvolvimento do mestrado (SOUZA, 2001) e doutorado (SOUZA, 2011), ambos em Geografia. Fez-se, portanto, uso de pesquisa documental e bibliográfica. Neste caso, foi imprescindível o acesso a referenciais que tratavam acerca da indústria, da questão dos fertilizantes e do Estado desenvolvimentista. Quanto à realização da pesquisa documental, foram realizadas visitas ao Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães, à Biblioteca Pública de Pernambuco, à Biblioteca Pública de Olinda etc., cujos documentos serão constatados no desenvolvimento do texto. Com as pesquisas obteve-se certo acervo fotográfico, composto de itens recentes, in loco, como mais antigos, e também com material cartográfico produzido em Corel Draw.

A Figura 1 localiza Olinda na Região Metropolitana do Recife (RMR), bem como mostra dados em torno do objeto deste artigo. Inicialmente, reúnem-se aspectos do período desenvolvimentista no Brasil e a questão dos fertilizantes. Em segundo lugar, abordar-se-ão momentos que são compreendidos no período que vai da origem das empresas Novolinda e Ciro até à constituição e atividade da Fasa. Em terceiro lugar, serão analisados aspectos do empreendimento Fasa, desde o período JK até o anterior à implantação da Ditadura Militar. Finalmente, observar-se-ão as implicações ocorridas com a Fasa, bem como em seu espaço de produção, do início do período militar até 1983.

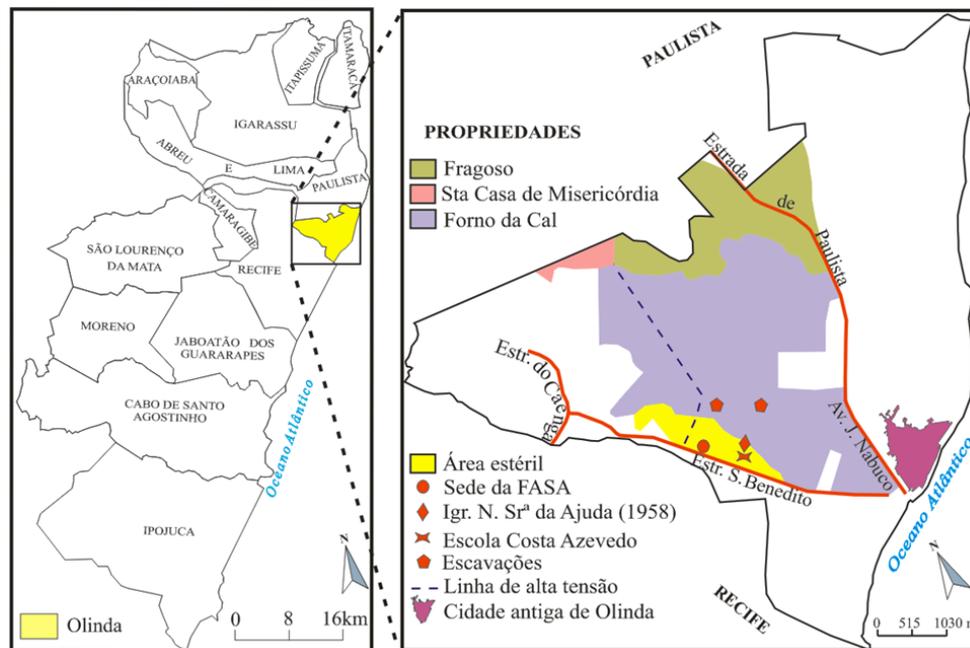


Figura 1. Localização de Olinda na RMR - 1995 e aspecto do espaço de produção da FASA – 1956 e 1965

Fonte: Souza (2001, 2011).

Elaboração: Roberto Silva de Souza.

O PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL E A QUESTÃO DOS FERTILIZANTES

Os períodos da história brasileira que vão até a República Velha não são reveladores de uma integração nacional, no que se refere às atividades econômicas do território, constatando-se uma estrutura de “ilhas de prosperidade” (BRASIL, 2006).

É ainda durante a República Velha que se tem notícia da implantação de indústria pioneira de fosfato no país. Tal indústria de fosfatagem fora montada em Iperó (SP), no final da década de 1920, na Fazenda Ipanema. Aí se instalou uma usina de beneficiamento, por intermédio do Serviço de Aproveitamento das Jazidas de Apatita, da referida Unidade da Federação, vinculado à Secretaria de Agricultura. A capacidade da usina era de 200 e 400 t/mês, referentes ao concentrado de apatita e ao superfosfato, respectivamente. Devido à contestação da qualidade de seu produto, a atividade só será retomada em fins do decênio de 1930 com o envolvimento da esfera federal – já durante a República Nova, no governo de Getúlio Vargas –, mas o beneficiamento da rocha fosfática foi de encontro à patente universal, que resguardava o “processo de flotação”, trazendo certa inviabilidade econômica.

É durante a gestão de Getúlio Vargas que começa a se estruturar o desenvolvimentismo, sobretudo sob o Estado Novo, após o golpe de 1937, registrando-se uma arrancada da indústria nacional. O modelo desta pôde contar

com o apoio governamental, devido ao fato de o Estado manter, em nível baixo, a taxa cambial. Deste modo, foram barateadas as exportações para o consumidor estrangeiro, aumentando o custo das importações e estimulando o consumo do produto interno (LOPEZ, 1997).

Por intermédio da Constituição de 1937, criou-se o Conselho de Economia Nacional (CEN) com a função de "colher dados, realizar estudos, emitir pareceres sobre projetos de iniciativa do governo e apresentar recomendações para as políticas agrícola, financeira, de transporte, industrial, administrativa, educacional e trabalhista" (TEIXEIRA, 1997, p.47, grifo nosso). Por essa "política agrícola" foram discutidas ações do Estado quanto à obtenção/produção de fertilizantes (minerais e orgânicos), fomentadores do desenvolvimento de vegetais. Entre os primeiros tipos de fertilizantes destacados, se encontravam os fosfatados.

Observa-se que, com referência ao desenvolvimento do país, alusivo à produtividade da rocha fosfática, houve um tentame de elaboração de um conjunto organizado de normas jurídicas a partir de 1939. Nesse mesmo ano, o decreto-lei nº 1.774 vetava a exportação de ossos de animais e de adubos fosfatados no Brasil. No ano subsequente, o decreto-lei nº 2.019 isentava da aludida proibição os ossos longos ou duros, destinados a fins industriais. Em 6 de novembro de 1941, por meio do decreto-lei nº 3.802, o Governo Federal deferiu o regulamento a fim de fiscalizar o comércio de adubos e corretivos. Nesse mesmo ano, muito provavelmente incentivada por estas políticas, a usina de Iperó foi cedida, temporariamente, à empresa Serrana S.A. de Mineração, sendo, porém, em 1942, rescindido o contrato. Mas, em 1944, ela arrendou os privilégios de lavra na localidade do Morro da Mina, em Jacupiranga (SP), em detrimento do governo paulista (ALBUQUERQUE, 1996).

Os percalços verificados em Iperó contribuíram para que Dias e Fernandes (2006, p.102) declarassem que "as primeiras fábricas de fertilizantes no Brasil surgiram nos anos de 1940, com o processo de industrialização do país. Dedicavam-se exclusivamente à mistura NPK com base em fertilizantes simples importados". Os autores constatarem, portanto, a instalação de grandes empresas de fertilizantes, que passaram a atuar no mercado brasileiro a partir da segunda metade da década de 1940. Além da Trevo, já atuante há alguns anos, aparecem a Quimbrasil, IAP e Copas (1945); Manah (1947); Fertisul (1948); e Elekeiroz (1949).

Albuquerque (1996, p.28) considerou que, em 1950, ocorreu "a efetiva produção nacional de fertilizantes", contando "com 70 toneladas de nitrogênio e 5.000 toneladas de fósforo solúvel; nesse mesmo ano o consumo interno de fertilizantes atingiu 88.500 toneladas de nutrientes". Em Pernambuco, seria constituída e posta em atividade a empresa Fasa em 1953, passando a explorar fosfato no município de Olinda, recebendo, por transferência, os equipamentos da empresa Serrana S.A. de Mineração, quando da rescisão de seu contrato com o Governo Federal. Conforme o autor, coincidentemente, no mesmo dia de criação da firma olindense, foi elaborada a lei nº 1.858 de 15/05/1953, que isentou "de taxas a remessa de valores do Brasil para o exterior, desde que destinados ao pagamento de adubos, inseticidas e

fungicidas de uso agrícola, sendo, sem dúvida, um incentivo ao consumo de insumos modernos" (p.33). Ainda houve, em 22 de junho de 1953, a edição do decreto nº 33.100, dispondo quanto à "fiscalização do comércio de adubos, corretivos e outros fertilizantes" (p.33).

Além da Fosfanil (1952), exploradora do superfosfato simples, e da Fasa (1953), ainda foi implantada outra unidade da Quimbrasil em 1954. De acordo com Kulaif (2012), a Fosfanil é uma empresa do grupo francês Société Nationale Elf Aquitaine - SNEA, sediada na cidade de São Paulo, mas com instala es industriais localizadas em Santo André e Mauá (SP).

Segundo Teixeira (1997), o novo mandato de Vargas (1951-1954) "teve de enfrentar s rios problemas, como: a infla o, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, o estrangulamento dos setores de energia e transporte e a oferta insuficiente de alimentos" (p.76). Com o processo eleitoral de 1955, o então candidato   presidência, JK, foi eleito, encontrando certo atraso no país, tendo como base econ mica o setor primário, cujo principal produto de exporta o era o café. Nos  mbitos nacional e internacional, "o governo JK se desenvolve dentro de conjunturas caracterizadas por acontecimentos decisivos, que influíram de forma considerável no jogo político e na busca do desenvolvimento planejado" (p.101). Tal desenvolvimento, evidentemente, deveria contar com políticas regionais que poderiam se estabelecer, sob o discurso da necessidade de aumento da capacidade produtiva das regiões.

O consumo dos fertilizantes, de 1951 a 1955, fora, no caso dos fosfatados, de 47.716 t, das quais 17% consistiam na produ o interna. "Os fosfatos proviam [sic] principalmente da jazida de Jacupiranga, (São Paulo), explorada pela Serrana S.A., e da jazida de Forno da Cal (Pernambuco), explorada pelo [sic] Fosforita S.A." (DIAS, 1996, p.64).

Questões acerca do quadro atual das disparidades regionais no Brasil são observadas por Monteiro Neto (2012), ao procurar mensurar tais desigualdades. Em suas reflexões, o autor assinalou que este fato, durante o período JK, "levou a um amplo debate político sobre o destino em curso para as regiões que ficavam para tr s, pois não foram aquinhoadas com pacotes de investimentos industriais tão significativos quanto aqueles destinados   região Sudeste." (p.378).

Provavelmente, esta contesta o e os resultados provenientes, tenham contribuído para o destaque que da gestão de JK até mais de duas dezenas de anos, o Brasil experimentou etapa de grande expansão econ mica. "No período de JK a economia brasileira cresceu quase 7% ao ano." (ARAÚJO, 2000, p.244). Talvez este  ndice verificado na administra o de JK tenha favorecido o reconhecimento de que o Plano de Metas foi o primeiro grande projeto de desenvolvimento no Brasil. Com ele, o governo JK objetivava promover grandes investimentos, no tocante   infraestrutura de transportes e energia   sustentac o do processo de industrializa o pesada e expansão capitalista moderna.

Internacionalmente, ocorria o modelo econômico fordista, base do desenvolvimentismo em que se estruturou o Plano de Metas. É com ele que se efetiva, na segunda metade do século XX, o período desenvolvimentista. Dentre os princípios ideológicos, sobre os quais se baseou o modelo econômico desenvolvimentista, destacam-se: o ideal desenvolvimentista, o planejamento estatal e a gestão do território. O primeiro se ligou às ideias da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), cuja opinião acatava o modelo de substituição de importações; o segundo, à centralização do planejamento, pela qual a intervenção se baseava na racionalidade técnico-burocrática do Estado sob o fordismo; e, o último, correspondia às estratégias que envolveriam a industrialização com a integração territorial brasileira (BRASIL, 2006).

Ao abordar questões em torno do regime de acumulação fordista, Harvey (2000, p.125), destacou que ele “[...] se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas”.

Pretendia-se, com o Plano de Metas, que o Brasil crescesse 50 anos em apenas 5. Para tanto, dever-se-ia atingir um total de 31 metas que privilegiariam, segundo Schilling (2012), cinco setores da economia do país: energia (metas 1 a 5); transportes (metas 6 a 12); alimentação (metas 13 a 18); indústrias de base (metas 19 a 29); e educação (meta 30). A 31ª meta seria a construção de Brasília.

Segundo uma publicação (DIAS, 1996) acerca das metas de agricultura e alimentação, constata-se que elas "estavam direcionadas mais para a infra-estrutura do abastecimento do que diretamente para uma expansão da produção agropecuária" (p.61). O mesmo documento também afirma que "a meta dos fertilizantes, a décima oitava, previa um aumento da capacidade de produção de fertilizantes em mais de 120 mil t anuais" (p.64).

Alguns eventos podem ser pontuados, em torno dos fertilizantes, entre os governos JK e João Goulart, conforme mostra o Quadro 1. Em 31 de março de 1964, inicia-se o período da Ditadura Militar. Ao serem destacadas as experiências nacionais e a questão da integração territorial, constata-se que é por meio dela que o ideal nacional-desenvolvimentista alcança sua fase mais marcante (BRASIL, 2006).

De acordo com Albuquerque (1996), a quase totalidade das empresas que fazia uso de rocha fosfática, exceto a Serrana S.A. de Mineração, importava essa substância bruta, preferindo, portanto, se instalar nas proximidades dos portos importadores, pois lá, “os componentes básicos e/ou intermediários eram industrializados, dirigindo-se a seguir o fertilizante produzido para os diversos mercados internos compradores” (p.29). O autor informa, ainda, apesar da Ditadura Militar, “houve uma certa continuidade na política agrícola, como, também, na política industrial de produção de fertilizantes e sua importação” (p.36). Do início do século XX até 1974, os fertilizantes se destacaram nos empenhos dos governos, referentes à política agropecuária. Deste modo, o período de 1975 a 1988, "assistiu à implantação de

diversos complexos industriais no setor de fertilizantes, englobando os macronutrientes, nitrogênio, fósforo e potássio" (p.39).

Legislações e fatos são mostrados, no Quadro 2, durante a Ditadura Militar, trazendo dados em torno dos fertilizantes:

Quadro 1. Legislação e fatos alusivos aos fertilizantes entre JK e João Goulart

ITEM	DOCUMENTO	DATA	OCORRÊNCIA
01	Lei nº 3.244	14/08/1957	Reformulou a sistemática de importação, dentre outros, e criou o Conselho de Política Aduaneira aliado à indústria nacional do fosfato.
02	-	1958	Implantação da Companhia Riograndense de Adubos.
03	-	1959	Implantação da Fertinil.
04	Decreto nº 50.146	27/01/1961	Estendeu a fiscalização dos fertilizantes ao processo de produção.
05	Instrução nº 204	Mar/1961	Permissão de que todo tipo de operação de câmbio se realizasse pelo mercado de taxa livre.
06	Instrução nº 208	Jun/1961	Complementação das medidas da instrução anterior regulamentando, detalhadamente, o novo regime cambial.
07	Decreto nº 50.637	Mai/1961	Criou o Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural (GECRE), subordinado, diretamente, ao Presidente da República, possivelmente para amainar o impacto negativo sobre a agricultura.
08	Decretos nº 50.363 e nº 50.889	20/03 e 01/07/1961	Garantia de comerciabilidade aos fertilizantes importados, em trânsito ou estocados, confundindo a real política do governo.
09	Lei nº 4.060	08/05/1962	Estabeleceu, "definitivamente", a isenção do imposto de consumo para fertilizantes simples e compostos direcionados à agricultura.
10	Decreto nº 52.106	11/06/1963	Criou novo Grupo de Trabalho junto à Presidência da República, a fim de propor providências concretas, no que tangia à questão dos fertilizantes.
11	Decreto nº 52.732	23/10/1963	Foi criado, junto ao Ministério da Indústria e Comércio, o Grupo Executivo da Indústria de Fertilizantes e Corretivos do Solo (GEIFERC).

Fonte: Albuquerque (1996); Brasil (2012).

Elaboração: Roberto Silva de Souza.

Quadro 2. Legislação e fatos em torno dos fertilizantes durante a ditadura militar

ITEM	DOCUMENTO	DATA	OCORRÊNCIA
01	Decreto nº 53.975	19/06/1964	Vigora que o GEIFERC fosse substituído pelo Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM), representando o primeiro estímulo

			oficial, à exportação dos fertilizantes, antes proibida.
02	Decreto nº 54.298	23/09/1964	Determinou coeficiente de aceleração de depreciação para a indústria de fertilizantes e sustentou a isenção do imposto de consumo sobre os fertilizantes.
03	-	2ª metade déc 60	O setor de fertilizantes congregou novas unidades de superfosfato simples (Ferticap, Copebrás e IAP), além do complexo da Ultrafertil.
04	Decreto nº 58.193	14/04/1966	Criou, no que tocava aos fomentos creditícios, o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL).
05	Lei nº 5.067	06/07/1966	Introduziu alterações importantes no tocante à importação de fertilizantes.
06	Decreto-Lei nº 46	18/11/1966	Isentou de impostos de importação e consumo, por 4 anos, materiais com vistas à produção de fertilizantes.
07	-	1967	Criação da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), para impulsionar melhor utilização dos fertilizantes.
08	-	1970	O Funfertil foi absorvido pelo Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), regulado pelo Banco Central.
09	-	1972/1974	O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) promoveu grande avanço do setor de fertilizantes.
10	-	1974	O GEIQUIM, de 1965, foi extinto, em prol do Grupo Setorial nº 3, no momento da reformulação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).
			Com a primeira crise do petróleo, no ano anterior, elaborou-se o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA).
			Criação da Financiadora de Insumos Básicos S/A, através da qual o BNDE se transformou em provedor da indústria de fertilizantes fosfatados Brasil.
11	-	23/03/1976	A Petrobras oficializa-se na produção e comércio de fertilizantes, bem como a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em conjunto com a Docegeo. Há qualificação e quantificação de novos depósitos fornecedores de matéria-prima.
			Criação da Petrobras Fertilizantes S/A (Petrofertil), para reunir em uma só empresa, a coordenação da produção de fertilizantes pela Petrobras.
12	-	14/02/1977	Constituição da empresa Fertilizantes Fosfatados S.A (Fosfertil).

13	-	01/01/1981	Nova Fosfertil como maior complexo dos fosfatados da América Latina.
----	---	------------	--

Fonte: Albuquerque (1996).

Elaboração: Roberto Silva de Souza.

Verifica-se, de acordo com os quadros expostos anteriormente, que as legislações e fatos voltados aos fertilizantes enveredaram por momentos de vários planos econômicos, tais como: o Plano de Metas do presidente JK; o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) entre 1964 e 1966, durante a presidência de Castelo Branco; o Programa Estratégico de Desenvolvimento de 1967 a 1969 de Costa e Silva; o I PND de Emílio Garrastazu Médici de 1969 a 1974; o II PND, durante o governo Ernesto Geisel, de 1974 a 1979; o III PND, já no governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, de 1979 a 1985, em que o setor de mineração, bem como o agroindustrial exportador, por exemplo, apresentaram crescimento.

DA ORIGEM DAS EMPRESAS NOVOLINDA E CIRO À CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADE DA FASA (1944-1956)

As atividades das empresas Novolinda e Ciro em Olinda estão atreladas às históricas propriedades fundiárias do Forno da Cal e do Fragoso, inseridas na antiga área do primeiro engenho da capitania de Pernambuco, o Nossa Senhora da Ajuda, de 1542.

Antes da dominação holandesa (1630-1654), o referido engenho já se encontrava de "fogo morto", isto é, desativado, e era conhecido, então, como engenho Velho ou Forno da Cal, devido à exploração de calcário, cuja atividade produtiva foi imputada a Matias de Albuquerque (1580-1647), por ter ele estabelecido uma grande caieira para a obtenção do produto (PEREIRA DA COSTA, 1983, v.1).

Vale a pena destacar que, no período Imperial, mais precisamente em 1875, o Forno da Cal foi visitado por uma comissão geológica que fazia exploração científica, oficialmente estabelecida, cujo chefe da pesquisa, Sr. Frederick Hart, comunicou, nesse mesmo ano, ao governo imperial, a descoberta de um calcário branco e compacto, do qual extraiu alguns fósseis, como dentes de tubarão (BUENO, 1999).

Dentre as muitas histórias que envolveram essas terras do Forno da Cal e do Fragoso, nos anos seguintes, registra-se que, em 1904, o Forno da Cal foi tomado em aforamento pelo engenheiro José Antônio de Almeida Pernambuco (Dr. Pernambuco), para a ampliação da atividade do Matadouro de Peixinhos, construído no período de 1874 a 1919.

Mais tarde, com o falecimento de Dr. Pernambuco, seus herdeiros venderam as terras do Forno da Cal, em 21 de julho de 1944, para o grupo de acionistas da Usina Catende, dirigido por um industrial, o Sr. Antônio Ferreira da Costa Azevedo. Essa aquisição incluía as benfeitorias, bem como o direito a pesquisas de minério, a fim de obtenção de vantagens econômicas. O processo que se estabelecia, nessa mesma

década, apontava para a inserção de uma fábrica de fertilizante em Olinda, tal como ocorria em outras áreas do Brasil.

Concorda-se com Manzagol (1985, p.109), ao destacar a percepção do espaço que "o indivíduo e a empresa decidem sua localização em função da informação recebida". Em torno da discussão de "os mapas mentais", o autor admite que:

Todo indivíduo que precisa tomar uma decisão sobre localização possui, antes mesmo de qualquer pesquisa, um certo estoque de informações, de imagens do espaço e de diferentes porções espaciais que lhes são mais ou menos agradáveis: ele tem preferências espaciais." (p. 109-111) (grifo do autor).

Provavelmente, a estratégia de aquisição dessas terras tenha motivado a origem da empresa Novolinda, dias antes, pois, de acordo com Freyre (2007, p.185), ao tecer considerações em torno da "Fosforita", observa-se que "seduzido pela idéia de encontrar em Olinda águas minerais, talvez de grande poder ou valor terapêutico, é que Costa Azevedo adquiriu em 1944 as terras do antigo Engenho do Forno da Cal".

Segundo um documento fornecido pela Junta Comercial do Estado de Pernambuco (2008a), a Novolinda teve a data de arquivamento do Ato Constitutivo no dia 06 de julho de 1944, sendo, juridicamente, uma Sociedade Anônima Fechada. Com a empresa constituída e a aquisição da propriedade do Forno da Cal, parte-se para os resultados de análise acerca da qualidade das fontes de água existentes na propriedade.

A partir daí, a Novolinda elaborou planos para a construção de uma estação termal (GONDIM, 1961). Porém, segundo o referido documento da Junta Comercial do Estado de Pernambuco, essa empresa apresentava como atividades econômicas a "incorporação de empreendimentos imobiliários", a "compra e venda de imóveis próprios" e a "corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis", não fazendo menção a nenhum ponto que se referisse à estação termal.

Além do nome do Sr. Antonio Ferreira da Costa Azevedo, constata-se, no documento da Junta Comercial do Estado de Pernambuco, aqueles de Antonio Dourado Neto, João da Costa Azevedo, Domingos da Costa Azevedo e José de Brito Pinheiros Passos, os quais aparecem destacados como diretores da empresa Novolinda. Tais administradores, certamente, tinham a competência para representar a firma e estabelecer a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, inclusive no que consiste a sua planificação espacial.

Cinco anos após o ato constitutivo da empresa Novolinda, o industrial Domingos da Costa Azevedo convidou o químico e professor Paulo José Duarte para estudar as águas e calcários existentes na propriedade do Forno da Cal. Ele constatou fontes

radioativas de água mineral e, ao introduzir a “análise sistemática do fósforo” nos calcários, previu a existência de reservas de fosfato em 1949 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Começou a extração da fosforita das jazidas de Olinda. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1953).

Conseqüentemente, a Novolinda solicitou ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) o consentimento de direito de pesquisas das jazidas de fosfato que se encontravam na propriedade do Forno da Cal, correspondendo a 32.000.000 t. A autorização foi confirmada, no mês de setembro de 1951, pelos decretos n.os 29.958 (BRASIL, 1951a), 29.959 (BRASIL, 1951b) e 29.991 (BRASIL, 1951c), do Presidente da República, contando, nessa tarefa, com a colaboração de um corpo técnico do referido órgão federal, que confirmou o fosfato, após a “realização de mais de quinhentos furos de sonda [...], permitindo uma perfeita localização da jazida” (FOSFORITA OLINDA S/A, 1956, p.21).

No mesmo ano em que o DNPM autorizou a Novolinda a realizar pesquisas das jazidas do fosfato, dá-se a constituição da Ciro em 06 de agosto de 1951 (COMPANHIA INDÚSTRIAS REUNIDAS OLINDA, 1951). A empresa, então, adquiriu, por escritura de compra e venda, a propriedade Fragoso, dos herdeiros do Sr. Claudino Coelho Leal, em 13 de agosto desse ano. Foi no mesmo período da descoberta de fosfato no Forno da Cal que se admitiu sua existência nas terras do antigo engenho Fragoso.

A Ciro, constituída como uma Sociedade Anônima, tinha por acionistas os senhores Rui Berardo Carneiro da Cunha, Lael Feijó Sampaio, Cid Feijó Sampaio, Fernando Cardoso da Fonte, Eurico Cardoso da Fonte, Caio Magarinos de Souza Leão e a empresa Novolinda. De acordo com Companhia Indústrias Reunidas Olinda (1951), a empresa objetivava comprar, vender e explorar propriedades imóveis; construir casas para venda ou aluguel; pesquisar, lavrar e industrializar substâncias do subsolo; e quaisquer atividades industriais e comerciais. Vale a pena frisar que o Decreto n.º 31.240 de 06 de agosto de 1952 autorizou a Ciro a explorar o minério (BRASIL, 1952), que, em sua propriedade, representava o quantitativo de 13.000.000 t.

Deste modo, as propriedades do Forno da Cal e Fragoso apresentavam um total de 45.000.000 t de fosfato que se achavam recobertas por uma grande jazida de calcário (FOSFORITA OLINDA S/A, 1956).

A comprovação das jazidas de fosfato – que atraiu, no momento da pesquisa das minas, a presença de técnicos internacionais – estimulou o interesse de capitalistas na comercialização do produto para a fertilização de terras (GONDIM, 1961), uma vez que acreditavam na sua capacidade de atender à demanda nacional, aliviando, assim, por muitos anos, o país dos ônus das importações e, por outro lado, ajudando a obter divisas por meio do mercado externo (COMEÇOU..., 1953).

A descoberta do fosfato e o interesse das empresas Novolinda e Ciro em explorá-lo foram os fatores preponderantes para consolidar a constituição da Fasa. A

possibilidade da exploração conjunta do minério pelas duas firmas, observando-se a viabilidade técnica e econômica, contou com o planejamento do engenheiro Sandoval Carneiro de Almeida. Portanto, elas concediam à Fasa a legitimidade do processo de exploração do fosfato existente em suas propriedades por arrendamento contratual de 50 anos (FOSFORITA OLINDA S/A, 1956). De acordo com Novaes (1990, p.51), “a jazida descoberta se revelou de grande possança, capaz de abastecer todo o mercado nacional por dezenas de anos”.

Ao fazer apologia ao industrial Antonio da Costa Azevedo e à Fasa, as colocações do Sr. Melchiades Montenegro, expostas em Fosforita Olinda S/A (1958, p.25), permitiram observar que:

Nada mais justo, portanto, que o lugar, onde se fabricou o nosso primeiro pão-de-açúcar, seja um marco indelével e de significação profunda ao civismo pernambucano. Quiz [sic], talvez, um desígnio providencial que o 'Engenho Nossa Sr^a da Ajuda' firmasse os alicerces e fundasse suas safras sobre os riquíssimos depósitos de fosfato de cálcio natural, de Olinda, e que estes chegassem às mãos laboriosas de um agricultor, um plantador de cana, também pioneiro no seu meio.

A data do ato constitutivo e do início da atividade da Fasa consta de 15 de maio de 1953. Com natureza jurídica denominada de Sociedade Anônima Fechada, a empresa, com sede no bairro de Peixinhos (Olinda), apresentava as seguintes atividades econômicas: “incorporação de empreendimentos imobiliários”, “holdings de instituições financeiras”, “holdings de instituições não-financeiras”, “compra e venda de imóveis próprios” e “corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis”, não mencionando a exploração das lavras, produção e comercialização de fosfato. Ainda no momento de constituição da Fasa, apareciam como diretores os senhores Heleno José de Farias, Luciano José Rodrigues Chaves e Wilson Gomes da Silva (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008b).

No mesmo ano de constituição da Fasa, inicia-se, em 20 de novembro, o processo de mineração por uma escavadeira da Bucyrus-Erie, após a necessária licença de importação, com capacidade para a extração de 400 t de fosfato por dia. Antes do funcionamento da Usina Piloto, abastecedora do mercado do Nordeste, o estado de Pernambuco havia importado 11.229 t de fosfato natural. Em 15 de junho de 1954, tal usina começa a operar, com a finalidade de “permitir um estudo experimental mais profundo, do minério, como também, para em solução de emergência, produzir, em escala semi-industrial, fosfato sumariamente beneficiado” (FOSFORITA OLINDA S/A, 1956, p.24-25). Em 1955, a produção da Usina Piloto foi de 16.428 t de fosfato beneficiado. Assim, a importação pernambucana caíra para 5.473 t (FOSFORITA OLINDA S/A, 1958).

ASPECTOS DO EMPREENDIMENTO FASA: DO PERÍODO JK AO PERÍODO ANTERIOR À DITADURA MILITAR (1956-1964)

A intensificação das atividades da Fasa dar-se-á somente no contexto do quadro político-econômico estabelecido com JK, ao assumir a presidência da República, em janeiro de 1956, e começar a implementar o seu Plano de Metas. Logo, anteriormente a esse período, a produção da empresa atendia apenas à demanda regional (Nordeste), o que não impedia de ser sua capacidade de produção de fertilizantes computada em âmbito nacional.

Entre os alvos estabelecidos no referido plano, encontrava-se aquele alusivo ao setor "Alimentação". Neste, foram destacados os seguintes itens: trigo, armazenagem/silos, frigoríficos, matadouros, tecnologia no campo e fertilizantes. Foi com este último elemento, que a atividade da Fasa teve correspondência, permitindo-a ser inserida na política do Governo Federal.

Com o Plano de Metas, observa-se, no tocante aos fosfatados – pois ainda havia os fertilizantes nitrogenados e os potássicos – que "a expansão da produção deveria caber às ampliações da produção em Jacupiranga e em Forno da Cal [Olinda, PE]. Segundo os projetos em curso, a produção nacional deveria atingir 97.050 t de P2O5, cerca de 80% da demanda projetada para 1960" (DIAS, 1996, p.64, grifo nosso).

O dinamismo a ser vivenciado pela Fasa apontava para uma concentração de trabalhadores próxima à indústria, bem como para o fato de que o funcionamento da empresa abarcaria relações internacionais, devido à necessidade de aquisição de equipamentos, avaliação de técnicos estrangeiros e obtenção de divisas no exterior.

Dias (1996) traz dados reveladores de que, para a execução da meta, os recursos seriam destinados à aquisição e instalação de equipamento industrial, em que a Fasa programara investimento de US\$ 800.000 (oitocentos mil dólares), por sua própria conta. Porém, contaria com financiamento do Governo Federal, no que se refere à aquisição de matéria-prima para as indústrias de superfosfatos.

Portanto, foi a perspectiva de bons resultados econômicos que permitiu aos acionistas do empreendimento Fasa o investimento na instalação de uma Usina de Beneficiamento (ou Usina Grande), tornando possível uma produção em maior escala industrial para atendimento ao Centro-Sul do Brasil após vinculação com o Plano de Metas.

De acordo com o trabalho desenvolvido por Romanello (2006), ao expor conteúdo do "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930", em nota de rodapé, averigua-se que a empresa Fasa teve decisivo apoio do governo, cujo empreendimento ligava-se ao projeto de desenvolvimento da agricultura moderna. Por sua vez, Gondim (1961, p.94), corroborando a presença da política econômica

de JK, no que tocava à Fasa, comentou ser indispensável, por questão de justiça, fazer menção ao "[...] decidido apóio [sic] do Governo Federal à grande indústria de Pernambuco – a Fosforita Olinda S.A. – que interessa a todo o Brasil: do norte ao sul, do leste ao oeste e ao Brasil central".

Nesta expectativa, para tanto, a Usina Piloto criou um estoque de fosfato, visando suprir a produção da nova usina. Também foi sugerida ao poder público estadual a pavimentação da estrada de São Benedito pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER) e melhorias nas condições do porto do Recife, no tocante ao embarque da produção, juntamente com o Governo Federal (DUARTE, 1956). Observa-se, assim, que, com tais exigências, pretendia-se uma melhor eficiência da atividade da Fasa. Isto era um "[...] fator importante a ser buscado na produção e nisso as vias de circulação têm papel determinante" (CARLOS, 2001, p.36).

Em 16 de maio de 1957, a Fasa lamentava, comunicando aos acionistas, que motivos contingentes contribuíram para o não início do funcionamento das suas instalações de beneficiamento de fosfato no primeiro trimestre de 1957. Ela apontava como causa o retardo de três meses na entrega das estruturas metálicas dos edifícios de flutuação e de lavagem, bem como atribuía às fortes chuvas o motivo do atraso, estimando que a Usina de Beneficiamento funcionasse até julho daquele ano (FOSFORITA..., 1957).

A Usina Grande entrou em funcionamento, muito provavelmente, entre julho e início de agosto de 1957, embora não totalmente concluída, mas iniciando um novo momento da atividade da empresa. A capacidade da nova usina era de 250.000 t anuais, em uma reserva de quase 50.000.000 t.

Em 12 de agosto de 1957, em uma assembleia, a empresa Fasa expôs seus anseios em aumentar o capital social por nova subscrição. Ela pretendia passar de Cr\$ 22.000.000,00 para Cr\$ 66.000.000,00 sob o discurso de que o já funcionamento experimental da Usina de Beneficiamento necessitava de suplementação de recursos financeiros (COMPANHIA INDÚSTRIAS REUNIDAS OLINDA, 1957).

Do mesmo modo, após o início de tal funcionamento, a Novolinda declara, em sua sede social, localizada no centro do Recife, ser a sociedade possuidora da maioria das ações ordinárias da Fasa e que também necessitava de mesma suplementação, tanto para custear as obras complementares da Usina Grande, quanto seus negócios, sob a forma de capital de movimento. Isto impunha novas subscrições em dinheiro para recrudescimento do capital social, a fim de desenvolver o empreendimento (NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S/A, 1957).

A inauguração oficial da nova etapa do empreendimento Fasa – cujo presidente era o Sr. Domingos da Costa Azevedo e a vice-presidência exercida pelos senhores Antiógenes Chaves, Rui Berardo Carneiro da Cunha e Cid Feijó Sampaio –, agora contando com maiores investimentos da política econômica do Governo Federal, ocorreu em 19 de janeiro de 1958.

O evento contou com a presença do então Presidente da República, JK, e sua comitiva. Em seu pronunciamento, ele enfatizou que a Fasa “cumprira quase sozinha a ‘meta’ da produção de adubos traçada pelo seu governo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p.1). JK ainda lembrou, retificando a fala do orador da solenidade, que estivera nas dependências da Fasa, três ou quatro vezes, antes, considerando que isto demonstrava seu interesse pelo gênero industrial, alusivo à atividade da empresa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958).

Vale enfatizar que, em 1958, "as vendas do 'Fosfato de Olinda', em Pernambuco e Alagoas, ascenderam a quase 39 mil toneladas." (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p.3). Portanto, com esta nova dinâmica empresarial, se aquelas reivindicações da Fasa exigindo melhorias infraestruturais, no que se referia ao escoamento da produção, não foram atendidas, naquele momento, muito provavelmente, o foram quando ela contou com um de seus vice-presidentes, Sr. Cid Sampaio, no Governo de Pernambuco.

Cid Sampaio foi eleito governador em 3 de outubro de 1958, abdicando, conseqüentemente, da vice-presidência da Fasa, cuja renúncia provocou modificações no quadro administrativo da empresa. Deste modo, até o período de estabelecimento de uma Assembleia Geral, pela qual se elegeria uma nova diretoria, assumiu o cargo o engenheiro civil Ruy Magarinos de Souza Leão. Este, "já vinha fazendo parte da alta administração da Sociedade, achando-se, assim perfeitamente identificado com seus problemas administrativos e os negócios sociais" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p.10).

A empresa, no que dizia respeito à assistência social de seus trabalhadores, construiu, na propriedade Forno da Cal, em Peixinhos, uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Ajuda, inaugurada em 1958. Ao lado da mesma, edificou a Escola Primária Costa Azevedo para atender à educação de seus filhos (FOSFORITA OLINDA S/A, 1958). Em uma publicação, provavelmente de fins da década de 1960, o IBGE ([s.d.]), alude ao quadro de trabalhadores da Fasa, que compreendia “356 operários e 54 funcionários.” Eles, na maioria das vezes, provinham do interior de Pernambuco e outros estados, atraídos para o bairro de Peixinhos, no qual a empresa estava sediada (PAULA, 1999).

Para a importação de fertilizantes, não se prescindindo dos fosfatados, as despesas, entre 1958 e 1960, foram cotadas na cifra de US\$ 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil dólares) (DIAS, 1996).

A partir desse período, o produto teve como destino, sobretudo, o porto de Santos (SP). São Paulo era a unidade da Federação que mais consumia o produto, seguida, logo após, pelo estado do Rio Grande do Sul (IBGE, [s.d.]). Para garantir a exploração do fosfato, a Fasa passou a indenizar os moradores (trabalhadores da terra) de alguns domicílios que se encontravam esparsamente encravados na propriedade Forno da Cal, concedendo-lhes valores ínfimos (PAULA, 1999).

IMPLICAÇÕES NO EMPREENDIMENTO E NO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DA FASA (1964 A 1983)

No momento da ascensão dos militares ao poder em 1964, a Fasa se encontrava em plena produção e, como consequência, é autorizada a lavar o fosfato na propriedade da Santa Casa de Misericórdia – terras contíguas às do Forno da Cal e do Fragoso –, por meio do Decreto n.º 57.442 (BRASIL, 1965), o que sugeria vislumbrar uma ampliação da produção industrial. Mas, por outro lado, o ano de 1967 revelou a menor produção e comercialização do fosfato pela empresa.

De acordo com Duarte e Krauss (1978, p. 19):

Por motivos relacionados com a baixa de cotação de fosfato no mercado internacional; distância da indústria local dos maiores centros consumidores do produto (centro-sul), falta de subsídios governamentais e problemas associados aos custos de lavra da Fosforita acarretaram em 1968 a falência da Fosforita Olinda S/A.

Além desses fatores, aponta-se, também, um descompasso da produção, devido à competição pelo mercado brasileiro de fertilizantes, pleiteada pela empresa *Philips Petroleum*. Esta, exploradora das jazidas de fosfato na Flórida (EUA), promoveu um dumping que consistiu na redução dos preços do produto no mercado até inviabilizar a indústria localizada em Olinda (MOURA, 1985).

Ainda neste contexto, segundo salienta Albuquerque (1996, p.34) ao fazer menção às duas instruções do período do governo Jânio Quadros, as de nos 204 e 208 – apontadas no primeiro item deste artigo –, "tais instruções foram fundamentais, evidentemente aliadas a outros fatores [...], para o agravamento da crise que atingiu a Fosforita Olinda S.A. – FASA, culminando com o seu posterior fechamento".

As críticas suscitadas em torno do decréscimo da produção da Fasa atribuíam a situação à falta de apoio do Governo Federal (Ditadura Militar), alegando que "permitiu-se a importação de fosfato estrangeiro, abandonando a indústria nordestina, talvez por pressão dos importadores do Sul, e em decorrência, a Fosforita Olinda veio a fechar as suas portas em 1968" (NOVAES, 1977, p.25).

Por via marítima, o custo do transporte do fosfato que aportava em Santos (SP), proveniente de Tampa (Flórida), oferecia mais vantagens econômicas do que aquele que saía do porto do Recife com o mesmo destino. Isto prejudicava o comércio da produção realizada em Olinda. A Fasa, portanto, "sem condições de competir com a matéria-prima importada, começou a se descapitalizar, vendeu máquinas e terrenos." (BANDEIRA, 1975, p.168).

A paralisação das atividades da Fasa provocou a separação da Novolinda e da Ciro – embora a empresa constituída por elas continuasse ativa junto à Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Neste momento, elas perseguiram, de forma mais incisiva, os objetivos de empresas imobiliárias no processo de destituição de suas propriedades em loteamentos urbanos, suscitando movimentos sociais – a partir do início da década de 1970 –, por várias famílias de trabalhadores da terra que ocupavam as propriedades fundiárias e sobreviviam de suas atividades agrícolas.

No início da década de 1970, o DNPM, por meio do 4º Distrito Regional, estimulado pela elevação do preço do fosfato, no mercado mundial, solicitou a reativação da produção da Fasa (DUARTE; KRAUSS, 1978). Segundo Bandeira (1975, p.170), percebe-se que “até 1973, o preço médio de uma tonelada de fertilizantes custava Cr\$ 1.686,00. Em maio de 1974, já alcançava Cr\$ 3.692,00.”

Em 1975, porém, tendo em vista o não cumprimento da solicitação do DNPM, no que se refere ao retorno da produção, são publicados dois editais n.os 28/75 (alusivo às empresas Ciro e à Fasa) e 30/75 (referente à Fasa) (BRASIL, 1975a), pelos quais o diretor-geral do órgão fazia referência ao processo administrativo de caducidade das concessões de lavra da Fosforita, devido à empresa haver transgredido o disposto no art. 102, item IV, do Regulamento do Código de Mineração, estabelecendo, porém, prazo para apresentação de defesa contra o referido processo.

A produção da Fasa, em seus 15 anos de funcionamento (1953-1968), atendeu a uma demanda de cerca de 40% do mercado nacional de fertilizantes. Nesse período, a empresa pôde contar com um número de acionistas que compreendia cerca de 8 mil investidores (MOURA, 1985).

Ainda em 1975, uma avaliação regional do setor mineral do DNPM apontava o retorno da produção da Fasa pelo Grupo Fernando Rodrigues, associado com a empresa Paskin (BRASIL, 1975b). Constata-se que a exploração do fosfato voltou a ser praticada sem atingir, no entanto, a produção de outrora, levando à declaração de que se encontrava “sob a direção do grupo empresarial Fernando Rodrigues [...], com produção limitada, embora” (NOVAES, 1977, p.25).

O último ato da empresa Fasa arquivado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco refere-se a um registro da Ata de Assembleia Geral de 22 de julho de 1981. Neste ano, os trabalhadores da terra, localizados sobre as jazidas, reivindicaram ao Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que não permitisse as empresas Novolinda e Ciro transformarem seus estabelecimentos agrícolas em loteamentos urbanos. Outros eventos como este dar-se-ão sucessivamente. Por fim, em outubro de 1983, um documento seria enviado ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Sr. Danilo Venturini, solicitando o reconhecimento da característica rural da área da antiga produção da Fasa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1983).

Em 28 de novembro de 1983, o prefeito de Olinda, Sr. José Arnaldo Amaral, elaborou uma lei, delimitando um zoneamento rural – pautado em questões ecológicas – compreendendo parte dos setores 11 e 12 da cidade olindense, compostos quando da elaboração do PDLI em 1972. A atitude do chefe do poder executivo municipal resultou na instituição da Lei 4.393, sancionada em 05 de dezembro de 1983, após a Câmara de Vereadores avaliá-la e aprová-la unanimemente. Essa decisão política do poder público local foi o fator principal de eliminação das possibilidades de retomada da atividade da Fasa, em Olinda, uma vez que, nesse período, as outras porções do município já haviam sido alvos de parcelamentos urbanos, inclusive com a participação de empresários ligados à tal empresa, bem como à Novolinda e à Ciro.

Quanto à extinção definitiva da Fasa, verificou-se que a empresa “foi cancelada em 01/10/2005, de acordo com a Lei Federal n.º 8.934/94, pelo fato de há mais de 10 (dez) anos não ter procedido a nenhum arquivamento de qualquer ato mercantil perante este órgão.” (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto neste artigo, as políticas nacionais em torno da obtenção dos fertilizantes, a partir do Estado Novo (1937), repercutiram na implantação de indústrias desse gênero no território brasileiro, inclusive em Olinda (PE).

Devido ao histórico da propriedade fundiária do Forno da Cal, no que tangia a possibilidades de comportar jazidas de fosfato, é que a Novolinda seria motivada a adquiri-la, em 1944. Ao se unir à firma Ciro (1951) constituiriam a Fasa deixando, tais empresas, a produção imobiliária para um momento mais promissor.

Observou-se que no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) houve o consentimento de direito de pesquisas de fosfato do Forno da Cal, bem como, como visto no item 1, ocorreu repasse de equipamentos da empresa Serrana S.A de Mineração, localizada em São Paulo, para a Fasa quando do processo de sua implantação. Isto permite constatar certo apoio do governo Vargas, ainda na primeira fase da empresa, visando à produção de fosfato.

Mas, foi no governo JK que a Fasa recebeu maior apoio, no tocante à ampliação de sua produção, pois contemplada pelo Plano de Metas, pouco antes da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Acredita-se, portanto, que o investimento em uma indústria nordestina de fosfatagem esteja atrelado a alguma estratégia política do poder central, uma vez que, em meados desse decênio, o Nordeste passava por uma crise em que já haviam sido constituídas as ligas camponesas, bem como se verificava, aí, um crescimento econômico que destoava daquele do Centro-Sul.

Convém lembrar que, após o período JK, documentos legais são instituídos, como

aquelas instruções durante o governo Jânio Quadros, apontadas como de fundamental importância para a ampliação da crise que afetaria a Fasa.

Durante a Ditadura Militar, mais característico do contexto desenvolvimentista, devido ao uso de “instrumentos de planejamento econômico” – segundo Brasil (2006) – não se confirmou a existência de uma política que garantisse a distribuição do produto da Fasa no território nacional, em detrimento das estratégias da empresa Philips Petroleum, que competia pelo mercado brasileiro de fertilizantes. Contraditoriamente, em meados da década de 1960, vislumbrou-se um aumento da produção com a autorização para explorar a propriedade da Santa Casa de Misericórdia, também em Olinda.

Talvez a política de importação represente o fator que contribuiu para atuação daquela empresa americana, concorrente do mercado brasileiro da Fasa, pois, até 1974, o país produzia em torno de 250.000 t de rocha fosfática significando 15% de suas necessidades. Logo, acredita-se que a importação seria necessária, mesmo havendo, ou não, uma defesa da indústria nacional. Provavelmente este fato aponte não para uma redução da importância da mineração brasileira no Governo Militar, mas para a imprescindibilidade da elaboração de políticas na obtenção do produto tal qual o da Fasa. Vale lembrar que com o I PND (1972-1974) os militares estimularam o setor de fertilizantes e solicitaram, ainda, a reativação da produção da Fasa, por meio do DNPM.

Eventos ocorridos em escala internacional, nacional e local foram decisivos para aniquilar algumas estratégias, ou ampliar outras, previamente estabelecidas, como a da questão imobiliária. Em 1950, antes mesmo da instituição da indústria de fosfatagem, a empresa Novolinda já discutia acerca de loteamentos urbanos em sua propriedade Forno da Cal, comunicando levantamentos de plantas. Em 1955, a Ciro, em sua propriedade Fragoso, também já loteava.

Com o BNH, essas firmas participarão do Projeto-Empresa. No caso do Forno da Cal, áreas já lavradas foram aterradas para a construção de conjunto habitacional. A Ciro faria, mais tarde, o mesmo, em sua propriedade Fragoso em relação à edificação de unidades habitacionais.

O ano de 1967 tanto representou aquele do decréscimo da produção da Fasa, quanto o da instituição da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) para estimular o uso dos fertilizantes no Brasil. Porém, é bom lembrar que foi nesse mesmo ano que o território de Olinda passou a materializar a política do BNH, levando a crer que a opção dos empresários da Fasa se vinculava a outro momento histórico, ligado à estratégia espacial de expansão da metrópole recifense, sob a política habitacional.

Entende-se que o tempo do BNH foi um estímulo à ampliação dos empreendimentos imobiliários que as empresas, Novolinda e Ciro, até mesmo a Fasa, já vinham realizando, em detrimento do tempo da exploração de fosfato. O que tais empresários não esperavam era o impedimento, realizado pela ingerência

do poder público local em relação à implantação de loteamentos em suas propriedades fundiárias para fins urbanos, em prol de trabalhadores da terra ali localizados historicamente, além de motivações de discurso ecológico.

Logo, acredita-se que se torna imprescindível a explicação de como foi realizada a importação mais barata de fosfato, no caso da concorrência da Philips Petroleum, em um momento de defesa da indústria nacional, uma vez que as condições da Fasa se mostravam favoráveis. Também vale refletir acerca da concessão que a Novolinda e a Ciro realizaram com a Fasa, ao determinarem um prazo de 50 anos para que ela explorasse o fosfato em suas propriedades, mas que durou apenas 30 % dessa concessão.

O desenvolvimento deste artigo permitiu observar como a Fasa, concentrada em um ponto do município olindense, em seu curto período de existência, articulou e integrou vários espaços localizados além de Pernambuco e da região Nordeste, por meio de seu processo de instalação, bem como da demanda do mercado nacional, integrando diversas áreas.

Percebeu-se que o espaço de produção da Fasa, em Olinda, no período desenvolvimentista, foi alvo de políticas diversas em uma dimensão multiescalar. Deste modo, certifica-se que o espaço geográfico, produzido historicamente, é estratégia e analisar o seu processo de produção, sob múltiplas escalas, torna-se algo eficaz na investigação da relação espaço-tempo.

Enfim, vale comentar que se tem consciência de que este estudo não esgotou a discussão nem a compreensão cabal, em torno do empreendimento Fasa, sob o período desenvolvimentista brasileiro. Entende-se, porém, que ele permitiu certo avanço do conhecimento acerca do objeto empírico estimulando novas reflexões quanto ao conceito-chave caro aos geógrafos – o espaço geográfico –, por intermédio do papel da indústria, sobretudo a de fertilizantes, e do desenvolvimentismo no Brasil.

Porém, ele permitiu o levantamento de novos questionamentos: como se deu a relação jurídica entre as empresas (Novolinda Ciro e Fasa) e o Estado, enquanto uma forma não espacial, no processo de materialização de formas geográficas? As empresas Novolinda e Ciro não previam, em determinado prazo, a expansão física da metrópole recifense no território municipal de Olinda e os percalços para determinarem uma concessão de exploração por cinco décadas? Qual a contribuição das instruções nº 204 e 208, do governo Quadros, para serem consideradas como responsáveis pela paralisação da Fasa, em 1968? Por que no documento de instituição da Fasa os empresários insistiram em reiterar os objetivos imobiliários, uma vez que ela deveria cuidar apenas da produção do fosfato, embora tenha produzido parcelamento urbano em seu nome?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gildo de Araújo Sá Cavalcanti de. A produção de fosfato no Brasil: uma apreciação histórica das condicionantes envolvidas. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1996. (Série Estudos e Documentos, 31).

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

BANDEIRA, Moniz. Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 (Coleção Retratos do Brasil, volume 96).

BRASIL. Decreto n.º 29.958, de 5 de setembro de 1951. Autoriza Novas Indústrias Olinda S.A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Guanabara (DF), 8 set. 1951a, p. 13388.

_____. Decreto n.º 29.959, de 5 de setembro de 1951. Autoriza Novas Indústrias Olinda S.A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Guanabara (DF), 8 set. 1951b, p. 13387.

_____. Decreto n.º 31.240, de 6 de agosto de 1952. Autoriza a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavar fosforita, no município de Olinda. Estado de Pernambuco. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Guanabara (DF), 8 ago. 1952, p. 12.441.

_____. Decreto n.º 57.442, de 16 de dezembro de 1965. Autoriza a Fosforita Olinda S/A – FASA a lavar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 22 dez. 1965, p. 13.244.

_____. Editais do DNPM n.ºs 28 e 30. Diário Oficial da União, Brasília, 21 ago. 1975a, p. 10.716.

_____. Ministério das Minas e Energia - Departamento Nacional da Produção Mineral. Fosfato. In: Avaliação regional do setor mineral Pernambuco. Brasília, 1975b. Boletim n.º 41, p. 73-82.

BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999 (Terra Brasilis, 3).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e indústria. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001 (Repensando a Geografia).

COMPANHIA Indústrias Reunidas Olinda. Assembleia Geral Extraordinária. Diário de Pernambuco, Recife, 15 set. 1957. p. 27.

DECRETO n.º 29.991, de 13 de setembro de 1951. Autoriza Novas Indústrias Olinda S.A. a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=161959>>. Acesso em: 21 out. 2012.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Posseiros querem terras em Olinda. Diário de Pernambuco, Recife, 19 out. 1983, p. A-4.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Novas Indústrias Olinda S.A. Assembleia Geral Extraordinária. Diário de Pernambuco, Recife, 03 set. 1957. p. 7.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Fosforita cumpre meta governamental. Diário de Pernambuco, Recife, 21 jan. 1958, p. 1

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Começou a extração da fosforita das jazidas de Olinda. Diário de Pernambuco, Recife, 01 nov. 1953, 1ª Seção, p. 17.

DIAS, Victor Pina; FERNANDES, Eduardo. Fertilizantes: uma visão global sintética. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2404.pdf>. Acesso em: 23 set. 2011. p. 97-138.

DIAS, José Luciano. O BNDE e o Plano de Metas: 1956/61. In: O BNDES e o Plano de Metas. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/plametas.pdf. Acesso em: 22 set. 2011. p. 31-153.

DUARTE, Paulo José. Indústrias minerais do Nordeste: adubos fosfatados. CODEPE, 1956. (Separata do Boletim Informativo da CODEPE, nº 15, maio-junho de 1956).

DUARTE, Emmanoel Wanderley; KRAUSS, Luiz Augusto Andrade. Projeto de Dimensionamento das jazidas de fosfato em Pernambuco. Recife: CONDEPE, 1978.

FOSFORITA OLINDA S/A. Relatório da Diretoria. Diário de Pernambuco, Recife, 29 set. 1957. p. 26.

FREYRE, Gilberto. Olinda: 2.º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. 6. ed. São Paulo: Global, 2007.

GONDIM, Isaac. Vultos e problemas do Recife. Recife: Arquivo Público Estadual, 1961.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

IBGE. Olinda. (Coleção de Monografias), [s.d.]. n.º 416.

JUCEPE. Certidão Simplificada da empresa Novas Indústrias Olinda S/A – Novolinda. Recife, 18 fev. 2008a.

_____. Certidão Simplificada da empresa Fosforita Olinda S/A – FASA. Recife, 18 fev. 2008b.

JUSCELINO na “Fosforita”: o adubo é tão essencial quanto o aço e a energia elétrica. Diário de Pernambuco, Recife, 21 jan. 1958, p.3.

KULAIF, Yara. A indústria de fertilizantes fosfatados no Brasil: perfil empresarial e distribuição regional. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/series_sed/sed-43.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Revisão 3).

MANZAGOL, Claude. Lógica do espaço industrial. Trad. Sílvia Selingardi Sampaio. São Paulo: DIFEL, 1985.

MONTEIRO NETO, Aristides. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/dirur/ensaios_de_economia_regional_e_urbana/Cap_12.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

MOURA, Sérgio de Arruda de. Exploração do fosfato começa a gerar polêmica. Diga, Olinda, Olinda, 06 a 19 jul. 1985.

NOVAES, Ferdinando. Olinda: evolução ecológica. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977 (Série Monografias, 11).

_____. Olinda, evolução urbana. Recife: CEPE, 1990.

NUNES, Brasilmar; SCARDUA Fernando Paiva. Documentos temáticos elaborados como subsídios da proposta – PNOT. Ministério da Integração Nacional. Jun. 2006 (Versão para consulta). Disponível em: <http://www.integraregio.integracao.gov.br/file.php/1/Biblioteca/Textos_Base_PNOT_e_PNDR/Textos_Basicos_PNOT_Temas_02.pdf>. Acesso em: 21 out. 2012.

PAULA, Zuleide de. Peixinhos: um rio por onde navegam um povo e suas histórias. Recife: Bagaço, 1999. 129 p. (Centro de Cultura Luiz Freire).

PEREIRA DA COSTA, Francisco Antônio. Anais pernambucanos. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983. v. 1.

PERNAMBUCO. Publicações particulares: Escritura de Constituição da Sociedade Anônima “Companhia Indústrias Reunidas Olinda”. Diário Oficial de Pernambuco, 11 ago. 1951, p. 3456.

ROMANELLO, Jorge Luiz. Aspectos da utilização das imagens de mídia na construção do discurso do nacional desenvolvimentismo: uma análise de caso da revista O Cruzeiro. (Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História, 2006). Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ST%2021/Jorge%20Luiz%20Romanello.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

SCHILLING, Voltaire. Brasil: história. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index_brasil.htm>. Acesso em: 21 out. 2012.

SOUZA, Roberto Silva de. Zona rural de Olinda (Pernambuco): contradições da produção e reprodução do espaço em um contexto metropolitano, 2001, 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Território Municipal de Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na Região Metropolitana do Recife, 2011, 347 p. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Dados do Decreto nº 52732, de 23 out. 1963. Cria, no Ministério da Indústria e do Comércio, o Grupo Executivo de Indústria de Fertilizantes e Corretivos do solo, (GEIFERC), e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=184867&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 21 out. 2012.

TEIXEIRA, Alberto. Planejamento público: de Getúlio a JK (1930-1960). Fortaleza: Edições Iplance, 1997.

Contato com o autor: rmichilles@yahoo.com.br

Recebido em: 22/10/2012

Aprovado em: 13/12/2012